PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
DA SECRETARIA DE ESTADO DA
SEGURANÇA PÚBLICA DO
MARANHÃO

2015 - 2019
GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO
FLÁVIO DINO

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
JEFFERSON MILER PORTELA E SILVA

SUBSECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA
SAULO DE TARSO PEREIRA EWERTON

RIZZA CRISTIANE CALDAS OLIVEIRA
DIRETORA DA UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO MARANHÃO
LEONARDO DO NASCIMENTO DINIZ

COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO
CEL. QOPM JORGE ALLEN LUONGO

COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MARANHÃO
CEL. QOBM CÉLIO ROBERTO PINTO DE ARAÚJO
1. APRESENTAÇÃO .............................................................................................................. 04

2. CENÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL E NO ESTADO DO MARANHÃO........................................................................................................ 05

3. DIRETRIZES ASSOCIADAS ......................................................................................... 15
   3.1 Governo Federal .................................................................................................... 15
   3.2 Governo Estadual .................................................................................................. 16

4. IDENTIDADE ESTRATÉGICA ..................................................................................... 16
   4.1 Missão.................................................................................................................. 16
   4.2 Visão de Futuro .................................................................................................... 16
   4.3 Valores ................................................................................................................ 17
   4.4 Fatores Críticos de Sucesso ................................................................................ 17
   4.5 Políticas Institucionais ......................................................................................... 17

5. ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA .................................................................................. 18

6. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO ....................................................................... 22
   6.1 Análise Externa .................................................................................................... 23
   6.2 Análise Interna .................................................................................................... 24

7. MAPA ESTRATÉGICO ................................................................................................. 25

8. METAS ESTRATÉGIAS .............................................................................................. 26
   8.2 Modernização Tecnológica ................................................................................ 27
   8.3 Reestruturação e Modernização dos Órgãos do Sistema de Segurança Pública...... 27
   8.4 Aprimoramento da Gestão Administrativa .......................................................... 28
   8.5 Prevenção à Criminalidade ................................................................................. 29
   8.6 Aprimoramento da Gestão Estratégica ................................................................ 30
   8.7 Repressão à Criminalidade ................................................................................. 30
   8.8 Valorização e Capacitação dos Profissionais de Segurança Pública .................... 30

9. INDICADORES .......................................................................................................... 32

10. OBJETIVOS DE RESULTADO .................................................................................... 32

11. SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO .................... 32

ANEXOS .......................................................................................................................... 3
1. APRESENTAÇÃO

O Planejamento Estratégico, conforme princípio constitucional é determinante para o setor público, requerendo consistência e coerência com os instrumentos de planejamento/orçamento e a lei de diretrizes orçamentárias, logo se configura como um processo relevante para as organizações que buscam a excelência de resultados na prestação de serviços para a sociedade.

O Sistema de Segurança Pública do Estado do Maranhão, através de ações integradas das Instituições que o compõem, quais sejam, a Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Departamento Estadual de Trânsito, conjugam esforços para o enfrentamento da criminalidade objetivando proporcionar ao Maranhão a Paz Social.

Desta forma, a missão institucional da Secretaria de Segurança Pública concretiza-se mediante as ações do Programa Mais Segurança cujo objetivo é garantir a preservação da vida e a incolumidade das pessoas, por meio de políticas multissetoriais, com ênfase na prevenção e repressão à criminalidade no Estado em consonância com a Diretriz de Governo que é garantir a defesa social, reestruturando o Sistema de Segurança Pública e Penitenciário.

Em síntese, este relevante instrumento de Gestão que é o Planejamento Estratégico para a Segurança Pública do Maranhão no período de 2015-2019, se constitui como um dos aliados da excelência de resultados na prestação de serviços de segurança pública através da implementação das ações nele contidas.
2. CENÁRIO DA SEGURANÇA NO ESTADO DO MARANHÃO

O sistema de segurança pública vigente no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 instituiu um compromisso legal com a sociedade ao estabelecer a segurança pública como “dever do Estado e responsabilidade de todos” como requisito à garantia de direitos e cumprimento de deveres estabelecidos nos ordenamentos jurídicos.

Contudo, alguns estudos demonstram que somente uma década depois é que a política de segurança passou a ser pensada sob o contexto de uma sociedade democraticamente organizada, pautada no respeito aos direitos humanos adotando uma política de enfrentamento à criminalidade, a partir da criação do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) em 2000 e sedimentando essa política com a implantação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) em 2007.

Nessa perspectiva, o Governo Federal instituiu a política nacional de segurança pública por meio da articulação com os estados da federação, visando garantir a segurança da sociedade tendo como eixo político estratégico um conjunto de ações delineadas em planos e programas a serem implementados através de parcerias com os estados. E para dar apoio às ações desse plano foi criado o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) com o propósito de dar sustentação financeira aos projetos.

Assim, o Plano Nacional de Segurança estabeleceu um marco significativo na política de segurança pública no Brasil, articulando políticas de prevenção e repressão no país. Entretanto, apesar dos esforços de articulação com os Estados para implementar tais políticas os avanços foram tímidos em relação à complexidade do problema da criminalidade e da violência que continuam fazendo parte do cotidiano da sociedade.

A criação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) inova na questão do enfrentamento da violência e da criminalidade combinando ações com políticas sociais para a prevenção, controle e repressão da criminalidade introduzindo o conceito de segurança cidadã e incluindo o sistema prisional.

Desde 2003, o Estado do Maranhão tem realizado parceria com o Governo Federal/Ministério da Justiça/SENASP Pública através da celebração dos convênios, que têm contribuído para estruturação do Sistema de Segurança. Contudo, todo investimento realizado ainda se mostra insuficiente para o enfrentamento da criminalidade, uma vez que a violência decorre de uma conjugação de fatores que propiciam essa situação.
A Secretaria de Segurança Pública do Maranhão é o órgão central do Sistema de Segurança Pública composto pela Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Departamento Estadual de Trânsito-DETRAN, como órgão vinculado.

O compromisso do Governador do Estado com a política de segurança pública se traduz no estabelecimento de metas e investimentos para curto, médio e longo prazo, constantes no Plano Plurianual de 2016-2019 no âmbito do Programa Mais Segurança, para estabelecer uma política estruturante para a segurança pública do Estado.


A vitimização e a letalidade policial também apontam que 398 policiais foram mortos em 2014, ao menos um por dia. Mostra também que houve 37,2% de crescimento da letalidade em relação a 2013.

Em relação aos Crimes Violentos Letais Intencionais a categoria agrega as ocorrências de (Homicídio Doloso, Latrocínio e Lesão Corporal seguida de Morte). Dados apresentados pela mesma fonte apontam as ocorrências no Maranhão tanto em números absolutos quanto em taxas por 100 mil habitantes, conforme tabela abaixo.
<table>
<thead>
<tr>
<th>Estados segundo</th>
<th>Brasil e Unidades da Federação</th>
<th>CVU - Crimes Violentos Letais Intencional (Na. Absolutos, Taxas, Variação)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>2013</td>
<td>2014</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>54.163</td>
<td>56.074</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Grupo 1</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alagoas</td>
<td>2.242</td>
<td>2.131</td>
</tr>
<tr>
<td>Bahia</td>
<td>5.713</td>
<td>5.907</td>
</tr>
<tr>
<td>Ceará</td>
<td>4.381</td>
<td>4.437</td>
</tr>
<tr>
<td>Distrito Federal</td>
<td>743</td>
<td>737</td>
</tr>
<tr>
<td>Espírito Santo</td>
<td>1.617</td>
<td>1.605</td>
</tr>
<tr>
<td>Goiás</td>
<td>2.118</td>
<td>2.118</td>
</tr>
<tr>
<td>Maranhão</td>
<td>1.757</td>
<td>2.098</td>
</tr>
<tr>
<td>Mato Grosso</td>
<td>1.130</td>
<td>1.375</td>
</tr>
<tr>
<td>Mato Grosso do Sul</td>
<td>579</td>
<td>639</td>
</tr>
<tr>
<td>Minas Gerais</td>
<td>4.240</td>
<td>4.069</td>
</tr>
<tr>
<td>Pará</td>
<td>3.324</td>
<td>3.495</td>
</tr>
<tr>
<td>Paraná</td>
<td>2.764</td>
<td>2.626</td>
</tr>
<tr>
<td>Pernambuco</td>
<td>3.067</td>
<td>3.435</td>
</tr>
<tr>
<td>Piauí</td>
<td>551</td>
<td>732</td>
</tr>
<tr>
<td>Rio de Janeiro</td>
<td>4.932</td>
<td>5.138</td>
</tr>
<tr>
<td>Rio Grande do Norte</td>
<td>1.624</td>
<td>1.704</td>
</tr>
<tr>
<td>Rio Grande do Sul</td>
<td>2.043</td>
<td>2.483</td>
</tr>
<tr>
<td>Rio Acre</td>
<td>107</td>
<td>73</td>
</tr>
<tr>
<td>Santa Catarina</td>
<td>778</td>
<td>829</td>
</tr>
<tr>
<td>São Paulo</td>
<td>5.119</td>
<td>4.900</td>
</tr>
<tr>
<td>Sergipe</td>
<td>923</td>
<td>1.043</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Grupo 2</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Acre</td>
<td>215</td>
<td>212</td>
</tr>
<tr>
<td>Amapá</td>
<td>241</td>
<td>242</td>
</tr>
<tr>
<td>Pernambuco</td>
<td>1.537</td>
<td>1.513</td>
</tr>
<tr>
<td>Rondônia</td>
<td>483</td>
<td>528</td>
</tr>
<tr>
<td>Tocantins</td>
<td>318</td>
<td>350</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Grupo 3</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Amazonas</td>
<td>978</td>
<td>997</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2015
Os dados apresentados na Tabela acima correspondem ao volume de ocorrências policiais registradas, e não necessariamente, indicam o número de vítimas envolvidas. Os registros de homicídio doloso referem-se ao número de vítimas, bem como as mortes em confronto com policiais em serviço estão somadas aos homicídios.

O cenário que hoje se apresenta não somente no Brasil, mas também no Maranhão, é de uma sociedade amedrontada pela violência e pela letalidade dos crimes, com uma percepção de insegurança generalizada, culminando em problemas que impõem uma política de segurança direcionada para a valorização da vida, que promova a paz e restaure a confiança nas instituições policiais.
HOMICÍDIOS DOLOSAOS POR 100.000 HABITANTES POR ÁREAS REGIONAIS DO ESTADO DO MARANHÃO DE 2014
HOMICÍDIOS DOLOSOS POR 100.000 HABITANTES DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO LUÍS DE 2014

TAXA DE HOMICÍDIOS POR 100.00 HAB.
- 00 a 10
- 10 a 20
- 20 a 30
- 30 a 40
- 40 a 50
- Mais de 50

HOMICÍDIOS MÉDIA/100.000 HAB.
- Média: 65,73
- Paço do Lumiar: 61,33
- São Luís: 62,73
- Raposa: 57,62
- São José de Ribamar: 40,00

FONTE: DADOS ENCAMINHADOS PELAS REGIONAIS
2.1 Cenário da Estrutura Policial

O Estado do Maranhão possui 217 municípios com uma população estimada em 6.904.241 (julho de 2015) e conta com um efetivo policial considerado ainda insuficiente para enfrentar os desafios da violência e da criminalidade.

Nesse sentido, a partir de 2015 houve uma evolução significativa no efetivo policial militar, bombeiro militar e civil, com a realização de concurso público para ampliar o quadro dos operadores de segurança, conforme demonstrado abaixo.

### Quadro 1 - Demonstrativo de Efetivo Policial Civil

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Delegado de Polícia</td>
<td>372</td>
<td>399</td>
<td>414</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Investigador de Polícia Civil</td>
<td>1.104</td>
<td>1.198</td>
<td>1.169</td>
<td>6.904.241</td>
</tr>
<tr>
<td>Comissário de Polícia</td>
<td>35</td>
<td>32</td>
<td>31</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Escrivão de Polícia Civil</td>
<td>328</td>
<td>324</td>
<td>317</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: SRH/SSP

### Quadro 2- Evolução do Efetivo Policial

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo</th>
<th>2014</th>
<th>2015</th>
<th>2016</th>
<th>2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Policial Militar</td>
<td>6.786</td>
<td>8.492</td>
<td>9.022</td>
<td>10.140</td>
</tr>
<tr>
<td>Policial Civil</td>
<td>2.170</td>
<td>2.277</td>
<td>2.189</td>
<td>2.125</td>
</tr>
<tr>
<td>Bombeiros</td>
<td>1.313</td>
<td>1.431</td>
<td>1.496</td>
<td>1.483</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: SRH/SSP; RH/PM; RH/BM
Quadro 3 - Demonstrativo de Peritos e Legistas

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Médico Legista</td>
<td>48</td>
<td>55</td>
<td>55</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Farmacêutico Legista</td>
<td>04</td>
<td>08</td>
<td>08</td>
<td>6.904.241</td>
</tr>
<tr>
<td>Odontolegista</td>
<td>03</td>
<td>05</td>
<td>05</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Toxicolestista</td>
<td>-</td>
<td>01</td>
<td>01</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Perito Criminal</td>
<td>87</td>
<td>115</td>
<td>118</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Perito Criminalístico Auxiliar</td>
<td>15</td>
<td>15</td>
<td>15</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar de Perícia Médico-Legal</td>
<td>16</td>
<td>16</td>
<td>16</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: SRH/SSP (jun./2016); IBGE (2015)

A Polícia Militar possui 15 (quinze) unidades policiais na capital e 24 (vinte e quatro) no interior do Estado para atender aos 217 municípios.

A Polícia Civil por sua vez, teve sua estrutura organizacional alterada pela Lei nº 10.238, datada de 13 de maio de 2015 com a criação das Superintendências Estaduais de Prevenção e Combate à Corrupção, de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa e de Repressão ao Narcotráfico, ampliou também o quantitativo de delegacias especializadas tanto na capital quanto no interior, as quais serão implementadas paulatinamente, de acordo com a demanda de cada área e disponibilidade orçamentária.

Quanto a estrutura física das unidades policiais tanto na capital quanto no interior nem todas possuem prédio próprio, algumas são alugadas e carecem de adequação e reforma a fim de possibilitar melhores condições de trabalho aos policiais, bem como condições dignas de atendimento à população.

Ainda no âmbito da Modernização Administrativa destaca-se a implantação dos Institutos de Criminalística (ICRIM) e o Instituto Médico-Legal (IML) em Imperatriz e Timon; Instituto de Genética Forense com a implementação do Laboratório de DNA, a Central de Custódia de Vestígios Criminais o Instituto Laboratorial de Análises Forenses, a
implantação do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), vinculado ao Centro de Inteligência da Polícia Civil.

Enfim, cabe ao Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD) potencializar os dados e as informações obtidas na investigação criminal com o objetivo de tornar mais eficiente a sua instrumentalização.

O Corpo de Bombeiros do Maranhão, no mesmo sentido, iniciou seu projeto de expansão do biênio 2015-2016 com a inauguração do Quartel de São José de Ribamar e da Brigada no Porto do Itaqui, além da entrega das novas sedes do Grupamento de Bombeiros Marítimo (GBMAR) e do Subgrupamento Independente de Combate à Incêndio Florestal (SGIBA).

2.2 Demonstrativo das Unidades Policiais

Quadro 1 - Polícia Militar

<table>
<thead>
<tr>
<th>Unidades</th>
<th>Capital</th>
<th>Interior</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Batalhão</td>
<td>08</td>
<td>14</td>
</tr>
<tr>
<td>Companhia</td>
<td>04</td>
<td>09</td>
</tr>
<tr>
<td>Esquadrão</td>
<td>01</td>
<td>01</td>
</tr>
<tr>
<td>Unidade de Segurança Comunitária - USC</td>
<td>02</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>15</td>
<td>24</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Quadro 2 - Polícia Civil

<table>
<thead>
<tr>
<th>Unidades</th>
<th>Capital</th>
<th>Interior</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Delegacias Regionais</td>
<td>-</td>
<td>18</td>
</tr>
<tr>
<td>Delegacias Especializadas</td>
<td>21</td>
<td>74</td>
</tr>
<tr>
<td>Delegacias Especiais</td>
<td>02</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Delegacias Municipais</td>
<td>03</td>
<td>191</td>
</tr>
<tr>
<td>Distritos Policiais</td>
<td>21</td>
<td>51</td>
</tr>
<tr>
<td>Plantões</td>
<td>04</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>51</td>
<td>334</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Quadro 3- Corpo de Bombeiros Militar

<table>
<thead>
<tr>
<th>Unidades</th>
<th>Capital</th>
<th>Interior</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Batalhão</td>
<td>06</td>
<td>07</td>
</tr>
<tr>
<td>Companhia</td>
<td>02</td>
<td>05</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>08</td>
<td>12</td>
</tr>
</tbody>
</table>

2.3 Gestão dos dados das ocorrências policiais

A existência de um sistema único de gerenciamento de dados, o SIGO já implantado em toda a Região Metropolitana de São Luís e em 90% das Delegacias Regionais do interior do Estado é uma poderosa ferramenta de extração e tratamento inteligente de grandes fontes de informação, tais como dados referentes a ocorrências criminais, mandados de prisão, TCO’s e demais procedimentos policiais, armas de fogo apreendidas e veículos recuperados.

Aliado a esta ferramenta soma-se a implantação da Unidade de Análise Criminal no Sistema de Segurança que trouxe um avanço significativo, de modo a permitir uma análise de dados estatísticos mais consistentes, propícios a subsidiar o planejamento das ações de segurança.
3. DIRETRIZES ASSOCIADAS

As políticas públicas de segurança no Maranhão estão alinhadas com a formulação estratégica emanada das esferas Federal e Estadual, contribuindo para o atingimento dos objetivos do Governo.

3.1 Governo Federal

O Plano está estruturado em conformidade com as recomendações do Governo Federal, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública, objetivando o estabelecimento de parcerias mais efetivas e atuantes no cenário nacional por orientação das diretrizes do SUSP — Sistema Único de Segurança Pública.

- Polícia democrática, com foco na defesa do cidadão, no respeito à lei e aos direitos humanos (particularmente dos policiais e dos suspeitos de crimes) e na transparência na divulgação das ações e dos resultados;
- Priorização da prevenção do crime, com intensificação do policiamento ostensivo em áreas críticas, assim consideradas as que apresentarem índices de criminalidade superiores em 50% aos das demais áreas;
- Articulação com as Prefeituras para a execução das metas previstas neste Plano, inclusive de forma complementar, através das Guardas Municipais;
- Articulação com outras instituições, objetivando a adoção de políticas públicas de segurança para além do sistema de justiça criminal;
- Polícia inteligente (moderna, científica e efetiva), tendo a informação e a prova técnica como bases das atividades;
- Planejamento operacional sistêmico, descentralizado e integrado;
- Execução operacional coordenada e compartimentada;
- Monitoramento e avaliação sistemática dos resultados;
- ênfase na modernização metodológica e tecnológica;
- Particição comunitária na elaboração, na execução e na avaliação das políticas de segurança pública;
- Reaparelhamento das organizações e capacitação dos profissionais de segurança pública;
Valorizar as polícias promovendo o aperfeiçoamento e a qualificação de forma continuada, levando-os a recuperar a confiança popular e reduzindo o risco de vida a que estão submetidos, ampliando a eficiência da organização policial;
- Reduzir a corrupção e a violência policial;
- Reduzir a criminalidade e a insegurança pública.

3.2 Governo Estadual

a) Garantir a segurança pública, combatendo fortemente o tráfico de drogas, a “pistolagem” e as quadrilhas que cometem crimes violentos;
b) Implantar o Pacto pela Paz, programa que consiste em articular as políticas de prevenção e repressão do crime por meio de uma ação conjunta entre governo e comunidade, que se traduz em uma política pública transversal e integrada construída de forma pactuada com a sociedade, em articulação permanente com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Assembleia Legislativa, os municípios e a União.

4. IDENTIDADE ESTRATÉGICA

4.1 Missão

Promover a segurança pública garantindo a preservação da ordem, da incolumidade das pessoas e do patrimônio de forma integrada contribuindo para a paz social.

4.2 Visão de Futuro

Ser referência nacional até 2026 pela Excelência na Prestação de Serviços de Segurança Pública, alicerçado na proteção e preservação da vida e do patrimônio, proporcionando à sociedade, segurança e paz social.
4.3 Valores

✓ **Ética:** Respeito à hierarquia e a disciplina alicerçadas pela moralidade e conduta ética;
✓ **Compromisso:** Manutenção e defesa da cidadania com respeito ao Estado Democrático de Direito;
✓ **Imparcialidade** na atuação técnico-profissional diante do compromisso com a justiça;
✓ **Legalidade:** Manter a probidade, a legalidade e o respeito aos direitos humanos;
✓ **Inovação:** Adoção de novas ideias, tecnologias e processos.

4.4 Fatores Críticos de Sucesso

✓ Efetivo adequado;
✓ Estrutura operacional descentralizada em todas as suas unidades de atuação;
✓ Sistema de informação acessível aos três níveis hierárquicos do Sistema de Segurança;
✓ Claro nos objetivos para o cumprimento da missão institucional;
✓ Interação das áreas funcionais nas atividades fins e meio;
✓ Inteligência estratégica estruturada;
✓ Interação das ações do Sistema de Segurança do Maranhão com os poderes públicos nas esferas municipal, estadual e federal e com as diretrizes do Sistema Nacional de Segurança Pública – SENASP.

4.5 Políticas Institucionais

01. Valorizar as pessoas;
02. Compartilhar informações entre as instituições de segurança pública;
03. Fomentar a atuação em parcerias estratégicas;
04. Promover a participação social.
5. ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA


5.1. Níveis Hierárquicos do Sistema de Segurança Pública - MA

I – Administração Superior;

a) Conselho Superior de Segurança Pública;
b) Conselho Estadual de Defesa Civil do Maranhão;
c) Conselho Estadual de Trânsito;
d) Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas;
e) Junta Administrativa de Recursos de Infração de Trânsito;
f) Gabinete Dirigente de Gerenciamento de Crises;
g) Gabinete de Gestão Integrada;
h) Secretário de Estado;
i) Subsecretário de Segurança Pública

II- Unidades de Assessoramento Direto ao Secretário de Estado

a) Gabinete do Secretário;
b) Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas; c) Assessoria Jurídica;
d) Centro de Inteligência de Segurança Pública; e) Grupo Tático Aéreo;

III – Nível Intermediário- Unidades de Suporte Operacional

a) Unidade Gestora de Atividade Meio-UGAM;
Supervisão de Recursos Humanos; Supervisão Administrativa; Supervisão de Transportes; Supervisão Financeira, Supervisão de Informática; Supervisão de Obras e Reformas.

b) Comissão Setorial de Licitação;
c) Fundo Especial de Segurança Pública.

IV- Unidades de Atuação Programática

a) Unidade de Desenvolvimento e Articulação Institucional-UDAI
b) Academia Integrada de Segurança Pública –AISP;
c) Supervisão de Áreas Integradas de segurança Pública-SAISP;
d) Centro Integrado de Operações de Segurança- CIOPS;
e) Corregedoria Geral do Sistema de Segurança Pública.

V- Unidades Executoras Descentralizadas

a) Polícia Militar do Maranhão- PM/MA;
b) Corpo de Bombeiros Militar -BM-MA;
c) Polícia Civil do Maranhão-PC/MA;
d) Ouvidoria;
e) Departamento Estadual de Trânsito- DETRAN
5.2. Organograma da SSP
6. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO

O planejamento estratégico relaciona-se com objetivos de longo prazo e com estratégias e ações para alcançá-los que afetam a organização como um todo, é responsabilidade dos níveis hierárquicos mais elevados da empresa/organização.

A intenção estratégica é o propósito da empresa ou instituição. Em linhas gerais representa o que ela faz, para que ela existe, aonde pretende chegar e quais os princípios de atuação. Está refletida no negócio, missão, visão e valores da empresa ou instituição.

Na construção do planejamento estratégico optou-se pela Matriz SWOT, é uma técnica que auxilia a elaboração do planejamento estratégico das Organizações que começou a ser desenvolvida nos anos 60-70, nas escolas americanas.

Tem como objetivo levantar estratégias para, no contexto do planejamento estratégico, manter pontos fortes, reduzir a intensidade de pontos fracos, aproveitando-se de oportunidades e protegendo-se de ameaças.

A análise também é útil para revelar pontos fortes que ainda não foram plenamente utilizados e identificar pontos fracos que podem ser corrigidos.

A partir dessas variáveis, foram estabelecidas metas estratégicas, estratégias e iniciativas que irão definir o que deverá ser feito para os próximos anos.
## 6.1 Análise Externa

<table>
<thead>
<tr>
<th>AMEAÇAS</th>
<th>OPORTUNIDADES</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Envolvimento de agentes públicos com o crime</td>
<td>Compromisso do Governo Estadual para com as políticas públicas de segurança</td>
</tr>
<tr>
<td>Desarticulação entre as políticas públicas da área social;</td>
<td>Expansão das parcerias público-privadas</td>
</tr>
<tr>
<td>Aumento do tráfico de drogas;</td>
<td>Apoio da SENASP a projetos de TI e Inteligência policial como ferramentas no combate à criminalidade</td>
</tr>
<tr>
<td>Fragilidades na legislação vigente</td>
<td>Investimentos oriundos de captação de recursos federais em ações estruturantes no estado.</td>
</tr>
<tr>
<td>Aumento dos crimes de CVLI’S</td>
<td>Mobilização da sociedade civil organizada com a implantação dos Conselhos pela Paz atuando como parceiros na prevenção e contenção do crime e da violência.</td>
</tr>
<tr>
<td>Descrédio da sociedade nos organismos de segurança e justiça</td>
<td>Melhoria da prestação de serviços pela ação integrada dos órgãos de segurança.</td>
</tr>
<tr>
<td>Crescimento das cidades sem estrutura sem políticas públicas compatíveis.</td>
<td>Tecnologia disponível para o Sistema de Segurança: equipamentos, sistemas de integração intra e interinstitucional de informações com um parque de tecnologia, métodos de trabalho e modelos de gestão profissional adequados.</td>
</tr>
<tr>
<td>Infraestrutura física, tecnológica e de pessoal insuficiente para o cumprimento da missão da Secretaria de Segurança Pública</td>
<td>Criação e instalação de Guardas Municipais</td>
</tr>
<tr>
<td>Dotação orçamentária insuficiente para suprir as necessidades das instituições de segurança pública.</td>
<td>Priorização do Governo Federal nas seguintes ações: redução de homicídios; construção dos centros integrados de comando e controle; incentivo a gestão do conhecimento e fomento ao efetivo controle das fronteiras.</td>
</tr>
<tr>
<td>Dificuldade de integração dos sistemas de informação de diversos órgãos, tais como Tribunal de Justiça, Ministério Público dentre outros.</td>
<td>Evolução tecnológica com soluções voltadas à segurança pública.</td>
</tr>
<tr>
<td>Maior atuação do crime organizado, provocando insegurança e instabilidade do sistema de segurança.</td>
<td>Parcerias com Prefeituras por meio da celebração de convênios de cooperação mútua para melhorar as ações de segurança nos municípios.</td>
</tr>
</tbody>
</table>
6.2 Análise Interna

<table>
<thead>
<tr>
<th>FORÇAS</th>
<th>FRAQUEZAS</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Alinhamento das ações da SSP às diretrizes do Plano Nacional de Segurança e diretrizes do Governo Estadual.</td>
<td>Insuficiência de pessoal e inadequação das condições de trabalho</td>
</tr>
<tr>
<td>Fortalecimento do Gabinete de Gestão Integrada -GGI</td>
<td>Cultura incipiente em planejamento e gestão</td>
</tr>
<tr>
<td>Participação conjunta de policiais em cursos de capacitação e aperfeiçoamento.</td>
<td>Precariedade no compartilhamento de dados entre as instituições</td>
</tr>
<tr>
<td>Diversificação de delegacias especializadas e fortalecimento da estrutura da Perícia Criminal.</td>
<td>Falta de padronização dos procedimentos policiais</td>
</tr>
<tr>
<td>Qualificação continuada da força de trabalho na própria Academia e em instituições parceiras.</td>
<td>Déficit de pessoal administrativo nas polícias e no Corpo de Bombeiros Militar.</td>
</tr>
<tr>
<td>Respostas cêleres quando da elucidação de crimes com clamor social.</td>
<td>Infraestrutura física inadequada e insuficiente para a demanda da segurança pública.</td>
</tr>
<tr>
<td>Interiorização de polos de Institutos de Perícia Criminal.</td>
<td>Recursos orçamentários e financeiros insuficientes para as demandas do sistema de segurança.</td>
</tr>
<tr>
<td>Suporte tecnológico existente e eficiente</td>
<td>Ausência de um Planejamento Estratégico Integrado dos órgãos do sistema de segurança</td>
</tr>
<tr>
<td>Ações conjuntas dos órgãos do sistema de segurança pública com as Instituições interinstitucionais e interestaduais e com a comunidade.</td>
<td>Aumento da população, da violência e da criminalidade, proporcionalmente maior do que os investimentos no sistema de segurança pública</td>
</tr>
</tbody>
</table>
7. MAPA ESTRATÉGICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

**Missão**
- Promover a segurança pública garantindo a preservação da ordem, da incolúmidade das pessoas e do patrimônio, de forma integrada para a paz.

**Visão**
- Ser referência nacional até 2026 pela Excelência na Prestação de Serviços de Segurança Pública, almejando na proteção e preservação da vida e do patrimônio, proporcionando à sociedade segurança nas suas raízes.

**Valores**
- Ética • Legalidade; • Imparcialidade; • Compromisso; • Inovação;

**Sociedade**
- Reduzir o consumo e o tráfico de drogas ilícitas;
- Reduzir o número de CVL’s;
- Proporcionar mais segurança para a população;
- Ampliar a confiança da população em relação às instituições de segurança

**Resultados Institucionais**
- Atender o cidadão com presteza, respeito e resolutividade;
- Ampliar a resolutividade de crimes por meio da melhoria do inquérito policial;
- Elevar a eficácia das ações de policiamento ostensivo e fiscalização da lei atuando na prevenção da criminalidade;

**Processos Internos**
- Elevar o nº de instauração e conclusão de inquéritos policiais;
- Elevar o percentual de requisições periciais atendidas;
- Garantir o atendimento pleno das chamadas de emergência do 190;
- Fortalecer a imagem institucional;
- Interiorizar os sistemas de informação de Segurança Pública com integração da base de dados a todas as unidades da SSP;
- Aprimorar a Gestão Administrativa;
- Fortalecer a gestão do conhecimento;

**Orçamento**
- Elevar a transparência e a responsabilização no uso dos recursos públicos;
- Ampliar e diversificar a captação de recursos;
- Aprimorar a aplicação dos recursos;

**Pessoas**
- Valorizar os profissionais da segurança pública;
- Formar e capacitar continuamente os profissionais da SSP;
- Ampliar o efetivo policial e administrativo dos órgãos integrantes do Sistema de Segurança Pública.
8. METAS ESTRATÉGICAS

8.1 Modernização e Expansão do Sistema de Segurança Pública

8.1.1 Estratégia 01: Ampliar a estrutura física das unidades do Sistema de Segurança.

a) Iniciativa – Elaborar e implementar projetos de construção, reforma e ampliação das unidades integrantes da SSP;

b) Iniciativa - Elaborar e implementar projetos de construção, reforma e ampliação das unidades da Polícia Civil;

c) Iniciativa: Elaborar e implementar projetos de construção, reforma e ampliação das unidades da Polícia Militar;

d) Iniciativa: Elaborar e implementar projetos de construção, reforma e ampliação das unidades do Corpo de Bombeiros Militar.

8.1.2 Estratégia 02: Aparelhar e reaparelhar as unidades do Sistema de Segurança Pública.

a) Iniciativa - Elaborar e implementar projetos de aquisição de viaturas, armamentos, algemas, equipamentos de proteção para as polícias civil, militar e corpo de bombeiros militar;

b) Iniciativa - Atualizar continuamente de materiais, equipamentos e mobiliário para as unidades da SSP;

c) Iniciativa: Aparelhar os Institutos da Superintendência de Polícia Técnico-Científica;

d) Iniciativa - Reaparelhamento do CTA

8.1.3 Estratégia 03: Reestruturar o Centro Tático Aéreo-CTA

a) Iniciativa - Implantação da Base Operacional do CTA em Presidente Dutra;

b) Iniciativa - Estruturar um hangar no Aeroporto Internacional Cunha Machado em São Luís;

c) Iniciativa - Reestruturar e ativar a base operacional do CTA em Imperatriz;
d) **Iniciativa** - Implementar nova estrutura de cargos comissionados das Bases Operacionais de São Luís, Imperatriz e Presidente Dutra;

f) **Iniciativa** - Estruturar o serviço de Resgate Aeromédico com aeronave de asa fixa de médio porte.

### 8.2 Modernização Tecnológica

8.2.1 Estratégia 01: Melhorar a infraestrutura e o modelo de gestão de tecnologia da informação da SSP

a) **Iniciativa** - Interiorizar o SIGO nas 18 Delegacias Regionais de Polícia Civil;

b) **Iniciativa** - Implantar do Sistema de Radiocomunicação Digital da SSP;

c) **Iniciativa** - Integrar o SIGO a todas as Unidades do Sistema de Segurança e ao Sistema Prisional;

d) **Iniciativa** - Implantar o Centro de Comando e Controle do Maranhão –CICC;

e) **Iniciativa** - Ampliar o CIOPS para o Município de Imperatriz;

f) **Iniciativa** - Implementar a certificação digital a todos os operadores do Sistema de Segurança;

g) **Iniciativa** - Interligar o SIGO ao Banco de Dados Civil e Criminal do Instituto de Identificação

### 8.3 Reestruturação e Modernização dos órgãos do Sistema de Segurança Pública

8.3.1 Estratégia: Reorganizar a estrutura organizacional dos órgãos integrantes do Sistema de Segurança Pública

a) **Iniciativa** - Criar e implantar a Unidade de Estatística Criminal;

b) **Iniciativa** - Criar a estrutura organizacional da área meio da Polícia Civil e readequar a estrutura da área fim;

c) **Iniciativa** - Criar e implantar a Superintendência de Combate à Corrupção;

d) **Iniciativa** - Criar e implantar o Laboratório de Lavagem de Dinheiro;

e) **Iniciativa** – Criar e implantar o Instituto Laboratorial de Análises Forenses;

f) **Iniciativa** - Criar e implantar a Central de Custódia de Vestígios Criminais;

g) **Iniciativa** - Criar e implantar as Superintendências de Homicídios e Narcóticos;
h) Iniciativa - Criar a Academia de Polícia Civil;
i) Iniciativa- Elaborar e implementar projeto de reestruturação do sistema de procedimentos policiais da Polícia Civil;
j) Iniciativa- Efetivar a interiorização das Unidades do Corpo de Bombeiros Militar em conformidade com a Lei de Organização Básica-LOB;
k) Iniciativa- Reorganizar administrativamente o Corpo de Bombeiros Militar.

8.4 Aprimoramento da Gestão Administrativa

8.4.1 Estratégia:
c) Iniciativa- Reestruturação do efetivo da Polícia Militar;
d) Iniciativa – Elaborar e implementar o Código de Ética dos servidores da SSP;
e) Iniciativa- Elaborar e implantar procedimento operacional padrão (POP) no âmbito da Polícia Militar;
f) Iniciativa – Elaborar e implementar projeto para manutenção da frota da SSP;
g) Iniciativa – Elaborar e implementar projeto de mapeamento e melhoria de processos.
h) Iniciativa – Adequar a estrutura administrativa das instituições que compõem o Sistema de Segurança a saber, Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar;
i) Iniciativa -Adequar o efetivo policial da Polícia Civil, Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.
j) Iniciativa- Elaborar diagnóstico, planejamento e programação do Plano de Qualificação e desenvolvimento das equipes especializadas visando o atendimento das demandas;
k) Iniciativa- Garantir a suplementação orçamentária para honrar os compromissos do exercício financeiro.
l) Iniciativa- Catalogação e atualização de dados e informações pertinentes a todas as ações realizadas pelos órgãos da segurança pública;
m) Iniciativa - Manutenção permanente do sistema de transporte e da logística operacional das demandas das Instituições de segurança pública.
8.5. Prevenção à Criminalidade

8.5.1 Estratégia- Prevenir a ocorrência de delitos

a) **Iniciativa**- Criar e implantar os Conselhos pela Paz;

b) **Iniciativa**- Ampliar a quantidade de UPMs para o direcionamento das operações policiais militares;

c) **Iniciativa**- Reestruturar a ROTAM, redirecionando as ações para os bairros de maior incidência criminal;

d) **Iniciativa**- Ampliar as áreas atendidas pelas viaturas que integram à Ronda da Comunidade – ROCOM;

e) **Iniciativa** – Criar Grupo Tático Móvel em cada UPM;

f) **Iniciativa**- Fortalecer e ampliar o programa social de Equoterapia da Polícia Militar;

g) **Iniciativa**- Criar e estruturar uma Coordenação Estadual de Polícia Comunitária

h) **Iniciativa** – Criar a Companhia de Operações de Sobrevivência em área rural, visando o combate de assaltos à bancos;

i) **Iniciativa** – Ampliar o número de atendimentos do PROERD;

j) **Iniciativa** - Articular e mobilizar os segmentos sociais para o enfrentamento da violência;

k) **Iniciativa** - Estabelecer parcerias com outras instituições para a realização de cursos e palestras para as comunidades identificadas com maior índice de criminalidade.

l) **Iniciativa** – Articular com órgãos do Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública e outras instituições da esfera estadual e municipal para implementação de ações multissetoriais.
8.6 Aprimoramento da Gestão Estratégica

8.6.1 Estratégia – Implementar e fortalecer a gestão estratégica institucional

a) **Iniciativa** – Alinhar o Plano Estratégico ao Plano Plurianual, ao orçamento anual e as demais linhas estratégicas dos Governos Estadual e Federal;

b) **Iniciativa** – Estabelecer parcerias com instituições nacionais e internacionais para celebrar termos de cooperação de interesse da segurança pública;

c) **Iniciativa** – Implementar projeto para garantir a execução das ações multissectoriais;

d) **Iniciativa** – Elaborar e implementar programa de avaliação de resultados para permitir a verificação do cumprimento das metas estabelecidas neste Plano.

8.7 Repressão à Criminalidade

8.7.1 Estratégia – Reduzir o nº de crimes violentos letais intencionais -CVLI

a) **Iniciativa** – Intensificar as ações específicas de combate à criminalidade e ao narcotráfico na Grande São Luís e no interior do Estado.

b) **Iniciativa** – Ampliar o nº de inquéritos policiais com esclarecimentos de crimes e definição de autoria para responsabilização penal;

c) **Iniciativa** – Elevar o nº de cumprimento de Mandados de Prisão;

d) **Iniciativa** – Ampliar o atendimento das chamadas de emergência do 190 com celeridade e resolutividade.

e) **Iniciativa** – Elaborar e implantar novas metodologias para materialização de provas.

8.8. Valorização e Capacitação dos Profissionais de Segurança Pública

8.8.1 Estratégia 01 - Promover a valorização, formação e capacitação continuada dos operadores de segurança pública
a) **Iniciativa**: Elaborar e implementar projeto de capacitação continuada para os servidores da SSP;

b) **Iniciativa**: Elaborar e realizar cursos de formação e capacitação continuada para os servidores da Polícia Civil;

c) **Iniciativa**: Elaborar e realizar cursos de formação e capacitação continuada para os servidores da Polícia Militar;

d) **Iniciativa**: Elaborar e realizar cursos de formação e capacitação continuada para os servidores do Corpo de Bombeiros Militar;

e) **Iniciativa** – Elaborar e implementar Curso de Formação de Mecânicos de aeronaves para atuarem nas bases de São Luís, Imperatriz e Presidente Dutra;

f) **Iniciativa**: Elaborar e implementar Cursos de Operações Aéreas na Região Tocantina;

g) **Iniciativa**: Realizar capacitação para todo o efetivo do CTA em Operações Táticas Policiais e de Resgate.

h) **Iniciativa**: Elaborar e implementar programa motivacional visando ao reconhecimento por mérito e à valorização profissional dos operadores de segurança pública;

8.8.2 Estratégia 02 –Promover a saúde dos operadores de segurança pública

a) **Iniciativa** – Elaborar e implementar programa de saúde física e mental dos servidores da Secretaria de Segurança Pública;

b) **Iniciativa** – Elaborar e implementar programa de saúde física e mental dos policiais civis;

c) **Iniciativa** – Elaborar e implementar programa de saúde física e mental dos policiais militares;

d) **Iniciativa**– Elaborar e implantar Plano de prevenção e tratamento biopsicossocial aos policiais usuários de drogas ilícitas.
9. INDICADORES

1. Redução do nº de ocorrências de tráfico de drogas;
2. Redução das Taxa de CVLI p/ 100.000hab;
3. Nº de Conselhos criados e implantados;
4. Quantidade de abordagens policiais;
5. Nº de armas de fogo apreendidas;
6. Nº de prisões efetuadas;
7. Nº de Mandados de Prisões cumpridos
8. Nº de inquéritos instaurados e concluídos;
9. Quantidade de requisições periciais atendidas em 30 dias
10. Nº de policiais civis capacitados durante o ano;
11. Nº polícias militares capacitados durante o ano;
12. Nº de bombeiros militares capacitados durante o ano;
13. Nº de servidores administrativos capacitados durante o ano;
14. Percentual de elevação do efetivo dos órgãos do Sistema de Segurança Pública;
15. Percentual de interiorização do SIGO.

10. OBJETIVOS DE RESULTADO

1. Proporcionar maior segurança para a população;
2. Aumentar a confiança da população em relação as instituições de segurança pública;
3. Reduzir os índices de criminalidade

11. SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO

O Sistema de Acompanhamento, Controle e Avaliação do Planejamento Estratégico do Sistema de Segurança Pública do Maranhão, compreenderá:
a) a elaboração no primeiro trimestre de 2016 pelo Grupo de Acompanhamento e Controle do Planejamento Estratégico, do “Sistema de Acompanhamento, Controle e Avaliação do Planejamento Estratégico do Sistema de Segurança Pública do Estado do Maranhão, gestão 2016-2019”, considerando:

✓ Dados de identificação do Sistema de Segurança;
✓ Síntese das atividades desenvolvidas no período;
✓ Principais dificuldades encontradas;
✓ Sugestões para as dificuldades encontradas;
✓ Ações a desenvolver; Inspeções periódicas e/ou sempre que necessárias
✓ Reuniões trimestrais de avaliação;
✓ Seminários com os gestores das unidades internas e com o grupo de controle e avaliação;
✓ Monitoramento das ações com base na mensuração dos indicadores estabelecidos neste plano.
✓ Relatório trimestral e anual de “Acompanhamento, Controle e Avaliação do Planejamento Estratégico do Sistema de Segurança Pública do Estado do Maranhão” elaborado pelas unidades internas das Instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública do Estado do Maranhão.

11.1. Comparaçõade Desempenho Real das Metas e Iniciativas com base na mensuração por meio dos indicadores constantes neste plano

Através de relatórios internos trimestrais das ações realizadas do Planejamento Estratégico, considerando as ações planejadas e o desempenho real alcançado pelo Grupo de Acompanhamento e Controle.
ANEXOS

ANEXO I - PLANO PLURIANUAL 2016-2019 - GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

PROGRAMA- MAIS SEGURANÇA

Problema: alto índice de crimes violentos letais intencionais, tráfico de drogas e déficit de unidades do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil, tanto na capital quanto no interior do estado.

Objetivo do Programa
Garantir a preservação da vida e a incolumidade das pessoas, por meio da implementação de políticas públicas multissetoriais com ênfase na redução dos crimes contra a vida.

Público Alvo- Sociedade em geral

JUSTIFICATIVA

O Estado do Maranhão apresentou em 2014 uma taxa de 29,48% p/100.000 hab, referente aos Crimes Violentos Letais Intencionais – (CVLI), aqui estão agregados os crimes de homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e latrocínio, todos resultantes de mortes violentas. Por outro lado, há uma elevada demanda reprimida por serviços do Corpo de Bombeiros e Defesa Civil tanto na capital como no interior do estado.

Diante desse cenário, o programa em questão tem a finalidade de reduzir a violência no Estado do Maranhão, através de ações de prevenção e controle da criminalidade, notadamente a violenta e da repressão qualificada baseada na incorporação da inteligência, informação, tecnologia e gestão; interiorização das ações do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil em todo o Estado, através de ações relacionadas à prevenção e combate a incêndios urbanos e rurais, serviços de fiscalização de edificações e ações humanitárias, de restabelecimentos de serviços essenciais, de reconstrução e restauração.

Nessa perspectiva, as ações deste programa se fundam na ação conjunta do Estado e municípios, no enfrentamento de forma preventiva e repressiva, da violência e da
ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

criminalidade, baseadas nas demandas advindas das Escutas Territoriais das comunidades. O Programa Mais Segurança objetiva reduzir a taxa de crimes violentos letais intencionais (CVLI), através das ações constantes do Plano de Trabalho da Secretaria de Segurança Pública com recursos do Tesouro do Estado e, também, decorrentes dos convênios firmados com o Governo Federal por meio da SENASP/MJ nas linhas do PRONASCI e SUSP na área de prevenção por meio do aparelhamento, modernização de estruturas, equipamentos e capacitação. Estes projetos intersetoriais e multidisciplinares serão trabalhados de forma preventiva no combate a violência e à criminalidade, de forma que atinjam de fato as raízes dos conflitos sociais.

Estratégia de Implementação:

- Construir, reformar e ampliar unidades policiais e de bombeiros;
- Adequar as estruturas físicas de todas as unidades de segurança pública do Estado do Maranhão, a saber: delegacias de polícia civil, quartéis de polícia militar e corpo de bombeiros militar;
- Aparelhar e reaparelhar as unidades policiais e unidades de bombeiros;
- Integrar os sistemas de informação de segurança pública (Boletim Eletrônico, inquéritos, TCO, consulta a Mandados de Prisão e Ocorrências 190.)
- Interiorizar os serviços de polícia civil e bombeiros de forma regionalizada, com objetivo de atender aos 217 municípios do estado;
- Interiorizar os sistemas de informação de Segurança Pública com integração da base de dados a todas as unidades do Sistema de Segurança Pública);
- Implantação das Unidades Especializadas- de Prevenção e Combate à Corrupção; do Laboratório de Lavagem de Dinheiro; Superintendências de Homicídios e Narcóticos; Laboratório de Genética Forense;
- Modernização do sistema de radiocomunicação da SSP.
- Formação e Capacitação dos operadores de segurança.

Indicador- Taxa de CVLI
Periodicidade: Anual
Base Geográfica: Estado do Maranhão
Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública
População do Maranhão em 2014: 6.851

Metodologia/ Fórmula

\[
\frac{\text{Nº de mortes violentas letais intencionais}}{\text{População residente}} \times 100.000 \text{ hab.}
\]

Projeção: Redução de 5% ao ano
Total: 20% ao final do Programa

AÇÕES DO PROGRAMA

A) Implantação e Modernização de Unidades do Sistema de Segurança

Órgão Orçamentário: Secretaria de Estado da Segurança Pública
Unidade Orçamentária Responsável:
Secretaria de Estado da Segurança Pública
FUNÇÃO - Segurança Pública
SUBFUNÇÃO: Policiamento
FINALIDADE
Construir, reformar e modernizar as unidades do Sistema de Segurança Pública com infraestrutura adequada ao exercício das funções de segurança.

DESCRIÇÃO – Elaborar projetos de construção, reforma e/ou adequação da obra a ser executada.

Produto (Bem ou Serviço) – Unidade construída/ reformada ou modernizada
Unidade de Medida: unidade
Especificação do Produto:
Unidades policiais e administrativas do Sistema de Segurança Pública a serem construídas, reformadas e modernizadas.
Tipo de Ação: Orçamentária - Projeto
Forma de Implementação: Direta

Detalhamento da Implementação

Realizar o acompanhamento e monitoramento das obras; buscar parcerias com o Ministério da Justiça/SENASP e outras instituições federais e estaduais para captação de recursos, garantindo a contrapartida de recursos do Tesouro do Estado.

Detalhamento da Implementação

Verificar a regularidade dos terrenos onde serão realizadas as construções; identificar os imóveis, que necessitam de readequação de estrutura física; Elaborar projetos da obra a ser executada; instruir os processos para a licitação e contratação da empresa para execução das obras; realizar o acompanhamento e monitoramento; buscar parcerias com o Ministério da Justiça/SENASP e outras instituições federais e estaduais para captação de recursos, garantindo a contrapartida de recursos do Tesouro do Estado.

B) Aparelhamento e Estruturação Tecnológica

Órgão Orçamentário: Secretaria de Estado da Segurança Pública

FINALIDADE

Aparelhar e estruturar tecnologicamente as unidades do Sistema de Segurança visando ampliar a eficiência dos serviços prestados à sociedade.

Descrição – elaborar e implementar projeto de aquisição de equipamentos tecnológicos, armamentos, viaturas, equipamentos de radiocomunicação; elaborar e implementar projeto de desenvolvimento e manutenção de softwares; realizar o acompanhamento e monitoramento; buscar parcerias com o Ministério da Justiça/Senasp e outras instituições federais e organismos internacionais para captação de recursos e garantir a contrapartida de recursos do tesouro do estado.

Produto (Bem ou Serviço) – Unidade aparelhada e estruturada tecnologicamente

Unidade de Medida: unidade

Especificação do Produto:

Unidade policial e administrativa aparelhada e estruturada tecnologicamente em conformidade com as necessidades do Sistema de Segurança Pública.

Tipo de Ação: Orçamentária – Projeto

Forma de Implementação: Direta

Detalhamento da Implementação
Elaborar e implementar projeto de aquisição de equipamentos tecnológicos, armamentos, equipamentos de radiocomunicação; elaborar e implementar projeto de desenvolvimento e manutenção de softwares; instruir os processos para a licitação e contratação da empresa fornecedora de bens e/ou serviços; realizar o acompanhamento e monitoramento; buscar parcerias com o Ministério da Justiça/SENASP e outras instituições federais e organismos internacionais para captação de recursos e garantir a contrapartida de recursos do Tesouro do Estado.

B) Prevenção à Criminalidade

Finalidade:
Prevenir a ocorrência de crimes, mediante a redução de oportunidades aos riscos de cometimento de infrações, criando canais de participação e controle social nas políticas de segurança pública, por meio da aproximação entre as instituições policiais e a comunidade, através da criação e instalação dos Conselhos Comunitários pela Paz e fortalecimento daqueles já existentes.

Descrição:

Elaborar e implementar programas com ações de prevenção à violência e à criminalidade; criação e instalação de Conselhos Comunitários de Defesa Social, fortalecendo vínculos e transmitindo mais confiança e sentimento de segurança à população; promover a capacitação de conselheiros e estabelecer parcerias com outras instituições para a realização de cursos e palestras para as comunidades identificadas com maior índice de criminalidade.

Produto (Bem ou Serviço) – Evento realizado

Unidade de Medida: unidade

Especificação do Produto:
Evento realizado

Tipo de Ação: Orçamentária - Projeto

Forma de Implementação: Direta

Detalhamento da Implementação
Motivar e articular o trabalho conjunto da comunidade e do Sistema de Segurança e demais órgãos públicos, para combater causas que gerem a criminalidade; realizar capacitação dos
Conselheiros em todo o estado; promover reuniões entre representantes de Conselhos e gestores da segurança pública.

D) Repressão à Criminalidade

Finalidade
Manter e preservar a ordem pública, por meio da atuação complementar e harmônica das instituições integrantes da segurança pública, no desempenho de suas atividades policiais preventivas, repressivas e de socorro à população, oferecendo resposta de forma ágil e eficaz às ocorrências registradas no CIOPS e serviços de 190 nos municípios decorrentes da criminalidade.

Descrição
Atendimento emergencial das ocorrências registradas mediante o sistema 190 da capital e dos municípios e de videomonitoramento do CIOPS-Centro Integrado de Operações de Segurança; interiorização do CIOPS em Imperatriz; Implantação do Centro de Comando e Controle –CICC em São Luís, com abrangência em todo o Estado.

Produto - Ocorrências atendidas com resolutividade

Unidade de Medida: Unidade

Especificação do Produto:
Ocorrências atendidas com resolutividade

– Detalhamento da Implementação
Atendimento do registro de ocorrências recebidas pelo 190 e sistema de videomonitoramento; Encaminhamento à Central de Despacho e direcionada a área pertinente, Polícia Militar, Polícia Civil para posterior atendimento da ocorrência.

E) Valorização e Capacitação dos Profissionais de Segurança Pública

Finalidade:
Promover o aprimoramento da formação, qualificação e capacitação dos profissionais da segurança pública, e pessoal técnico- administrativo, contribuindo para o melhor exercício de suas funções, bem como da qualidade de vida, bem-estar e segurança ocupacional desses profissionais.
Descrição:
Elaborar e Implantar programas para desenvolvimento na carreira dos operadores de segurança pública; elaborar e implementar programa de auxílios, benefícios e incentivos, como estímulo aos operadores de segurança pública; elaborar e implementar planos de formação e capacitação para os operadores de segurança pública.

Produto (Bem ou Serviço):
Operadores de segurança capacitados

Unidade de Medida: Unidade

Especificação do Produto:
Policiais e técnicos da segurança pública aptos ao exercício de suas funções.

Detalhamento da Implementação:
Identificar as necessidades de capacitação dos servidores da Secretaria e demais operadores de segurança; elaborar o planejamento anual dos cursos de capacitação; executar e acompanhar os cursos a serem ministrados.